TC 929.331/1998-2

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Município de Imperatriz/MA

Responsável: Agostinho Noleto Soares

Proposta: Expedição de ofício à Advocacia Geral da União para exclusão de responsável do CADIN.

1. Trata o presente de análise de pedido protocolado neste TCU pelo Sr. Agostinho Noleto Soares (peça 26), CPF 002.308.803-63, em que o mesmo solicita providências quanto à retirada do seu registro de dívida do Cadastro Informativo dos Créditos não quitados do Setor Público Federal-CADIN.

2. O registro a que se refere o requerente é resultado do julgamento do TC 929.331/1998-2, no qual foi prolatado o Acórdão TCU 1.137/2005-1ª Câmara, que julgou irregulares as contas do responsável, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, I da Lei 8.443/1992. Posteriormente, ante o recolhimento integral da dívida, foi prolatado o Acórdão TCU 2.710/2005-1ª Câmara (peça 28), dando quitação ao Sr. Agostinho Noleto Soares, razão que o motivou a solicitar a este Tribunal providências para a retirada do seu registro no CADIN, tendo em vista que o pagamento da multa ocorreu no âmbito da cobrança administrativa do Tribunal.

3. A Decisão Normativa TCU 126, de 10/4/2013, prevê, em seu art. 1º que “competem às Secretarias de Controle Externo (Secex), de acordo com as suas clientelas e independentemente de determinação do Tribunal, a adoção de providências com vistas à inclusão e à exclusão de nomes de responsáveis no Cadin”. O art. 5º do mesmo normativo, por sua vez, determina: “O Tribunal de Contas da União comunicará à AGU, em caso de multa, [...] para que faça a exclusão do nome do responsável do Cadin, caso não haja outro débito em seu nome [...]”.

4. Em consulta ao sistema Rede Serpro- Cadin (peça 27), constatou-se que o único registro que consta em nome do responsável é exatamente o que atualmente encontra-se quitado.

5. Dessa forma, tendo em vista a autorização contida na Decisão Normativa TCU 126/2013, determino a expedição de ofício à Advocacia Geral da União, para que adote providências quanto à exclusão do registro do Sr. Agostinho Noleto Soares do Cadastro Informativo dos Créditos não quitados do Setor Público Federal-CADIN, relativamente à multa aplicada no âmbito do TC 929.331/1998-2.

SECEX-MA, 25/2/2015.

(assinado eletronicamente)

ALEXANDRE JOSÉ CAMINHA WALRAVEN

Secretário